



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 50/XI (2.ª SL)

Ao quarto dia do mês de Novembro de 2010, reuniu, pelas dez horas e trinta minutos, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da acta n.º 48;
2. Apreciação do relatório sobre a Iniciativa COM(2010)365 final – Livro Verde sobre regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros – Deputada Relatora: Teresa Santos (**PSD**);
3. Discussão e votação na especialidade das **propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010**, de 16 de Junho, no âmbito da **Apreciação Parlamentar n.º 54/XI (CDS-PP)**;
4. Outros assuntos.

Entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, a acta n.º 48 foi aprovada por unanimidade.

No que concerne ao ponto dois da Ordem do Dia, após a Senhora Deputada Teresa Santos (PSD) apresentar o respectivo relatório, intervieram o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) e a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) para criticar o facto de, na parte final do relatório, não ter sido salientada a importância das medidas nacionais de apoio à natalidade e da reserva de soberania dos Estados em matéria da diversificação das fontes de financiamento dos sistemas de pensões. Sobre esta questão,



a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) observou que as posições dos Grupos Parlamentares constavam do Anexo ao relatório em apreciação, relativo à audição realizada, pela 11.ª Comissão, no âmbito da apreciação do Livro Verde sobre regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros. Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) disse concordar com o teor do relatório apresentado.

Após estas intervenções, os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP) e Cecília Honório (BE) usaram, de novo, da palavra para propor uma alteração ao ponto 2 das conclusões do relatório, de modo a que a redacção deste fosse a seguinte:

"A diversificação do sistema de pensões foi considerada, por alguns dos presentes, importante e provavelmente indispensável perante a conjuntura, nomeadamente se queremos ter pensões sustentáveis, adequadas e seguras no futuro, no entanto mereceu, por parte de outros participantes, nomeadamente de alguns grupos parlamentares, a necessidade de ter em atenção o risco que está associado à diversificação, bem como a necessidade de diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social".

A Senhora Deputada relatora acolheu as sugestões apresentadas e o relatório, assim alterado, foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Quanto ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou as propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 54/XI (CDS-PP).

Intervieram na discussão os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Cecília Honório (BE), Catarina Marcelino (PS) e Adriano Rafael Moreira (PSD).

Em seguida, as referidas propostas de alteração foram submetidas a votação, tendo merecido os seguintes resultados:

- A proposta de alteração ao artigo 1.º - rejeitada com os votos contra do PS e do PSD e os votos favoráveis do CDS-PP, do BE e do PCP;



- A proposta de alteração ao artigo 2.º - rejeitada com os votos contra do PS, do PSD, do BE e do PCP e os votos favoráveis do CDS-PP;
- A proposta de alteração ao artigo 3.º - rejeitada com os votos contra do PS e do PSD e os votos favoráveis do CDS-PP, do BE e do PCP;
- A proposta de alteração ao artigo 4.º - rejeitada com os votos contra do PS e do PSD e os votos favoráveis do CDS-PP, do BE e do PCP;
- A proposta de alteração ao artigo 9.º - rejeitada com os votos contra do PS, do PSD, do BE e do PCP e os votos favoráveis do CDS-PP;
- As propostas de eliminação dos artigos 13.º e 16.º - foram consideradas prejudicadas na sequência da não aprovação das propostas de alteração aos artigos 3.º e 4.º;
- A proposta de alteração ao artigo 17.º, consubstanciada nas propostas alteração aos artigos 6.º, 15.º, 22.º e 29.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio:
 - Proposta de alteração ao artigo 6.º - rejeitada com os votos contra do PS, do BE e do PCP e os votos favoráveis do PSD e do CDS-PP;
 - Proposta de alteração ao artigo 15.º - rejeitada com os votos contra do PS, do PSD, do BE e do PCP e os votos favoráveis do CDS-PP;
 - Proposta de alteração ao artigo 22.º - rejeitada com os votos contra do PS, do PSD, do BE e do PCP e os votos favoráveis do CDS-PP;
 - Proposta de alteração ao artigo 29.º - rejeitada com os votos contra do PS, do BE e do PCP, os votos favoráveis do CDS-PP e a abstenção do PSD.
- A proposta de alteração ao artigo 18.º, consubstanciada na proposta de aditamento do artigo 18.º-B à Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto - rejeitada com os votos contra do PS, do BE e do PCP e os votos favoráveis do PSD e do CDS-PP;
- A proposta de alteração ao artigo 20.º, consubstanciada na proposta alteração ao artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro - rejeitada com os votos contra do PS, do PSD, do BE e do PCP e os votos favoráveis do CDS-PP;
- A proposta de alteração ao artigo 22.º - rejeitada com os votos contra do PS, do BE e do PCP e os votos favoráveis do PSD e do CDS-PP;



- A proposta de aditamento de um novo artigo 23.º-A - rejeitada com os votos contra do PS, do BE e do PCP e os votos favoráveis do PSD e do CDS-PP;

Tendo sido rejeitadas as propostas de alteração apresentadas no âmbito da Apreciação Parlamentar nº 54/XI (CDS-PP), o processo de apreciação foi assim considerado caduco, nos termos e ao abrigo do n.º 5 do artigo 196.º do Regimento da Assembleia da República.

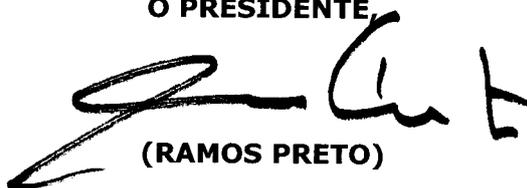
Por fim, passando ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente informou que a Senhora Ministra do Trabalho e Solidariedade Social havia confirmado a sua disponibilidade para a realização da audição sobre o acordo tripartido, no âmbito da integração no regime geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários, requerida pelo Grupo Parlamentar do PCP, após a reunião conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças, sobre o Orçamento do Estado para 2011, no dia 10 de Novembro.

Sobre este assunto, os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP) usaram da palavra para solicitar que fosse reiterado o pedido de envio da documentação e dos estudos que haviam estado na base da decisão de celebração do referido acordo, com a maior celeridade possível.

A presente reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, encontrando-se o respectivo registo disponível para consulta.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas treze horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de Novembro de 2010.

O PRESIDENTE

(RAMOS PRETO)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Adriano Rafael Moreira
Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Inês de Medeiros
Jorge Machado
Jorge Strecht
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Maria José Nogueira Pinto
Miguel Laranjeiro
Pedro Mota Soares
Ramos Preto
Rita Miguel
Teresa Santos
Cecília Honório
Isabel Coutinho
João Paulo Pedrosa
José Rui Cruz
Maria Paula Cardoso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Custódia Fernandes
Mariana Aiveca